

O QUE HÁ ESCRITO SOBRE O TEMA? Pesquisa realizada em 23 de abril de 2020 no *google* e no sítio do IBDFAM

Débora Fernandes Pessoa Madeira¹

REFERÊNCIA	TEMA	PROBLEMA	SOLUÇÕES PROPOSTAS
ANGELO, Tiago. Sem marco legal para guarda dos filhos na epidemia, pais devem priorizar acordos. Conjur. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2020-abr-20/fica-guarda-compartilhada-tempos-coronavirus . Acesso em: 20 abr. 2020	Sem marco legal para guarda dos filhos na epidemia, pais devem priorizar acordos	Uma das questões ainda mal resolvidas, por exemplo, é a de como fica o direito de visita quando pais separados dividem a guarda dos filhos, considerando que a principal recomendação para conter o avanço da Covid-19 é o isolamento social.	O autor cita um caso julgado em primeira instância em São Paulo em que houve suspensão da visitação paterna, posto que o pai, por ser piloto de avião, precisava estar em quarentena para voltar a ver a filha. O autor fala da ausência de solução jurídica para essa nova situação. O autor aponta o acordo entre os genitores a melhor alternativa, mas pautado no melhor interesse. Nesse ponto, cita exemplos de acordos feitos durante a pandemia. Cita o projeto de Lei 1627/2020. “Independentemente das soluções pactuadas, ressaltam as advogadas, “é importante assegurar que não se sacrifique demasiadamente a convivência familiar, garantindo que o genitor que não reside com a criança tenha contato constante com o filho, ainda que virtual ou telefônico, a fim de que a suspensão do contato físico não implique a fragilização do vínculo afetivo”.
SILVA, Viviane Alves Santos. Guarda compartilhada em tempos de Covid-19 Com isolamento social, como ficam os casais	Guarda compartilhada em tempos de Covid-19 Com isolamento social, como ficam	Porém, em tempos de isolamento social e recomendação de evitar deslocamentos, como ficam os casais parentais que exercem a guarda	A autora retrata situações de convívio com avós, idosos e, dizendo isso aponta que: “As eventuais e necessárias modificações da convivência, tanto as consensuais quanto as feitas pelas vias judiciais, terão que envolver os interesses da coletividade, e não só das pessoas da família que possam ser infectadas pela doença”.

¹ Professora de Direito Civil da Universidade Federal de Viçosa. deboramadeira@ufv.br

parentais que exercem a guarda compartilhada? Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/guarda-compartilhada-em-tempos-de-covid-19-22032020 . Acesso em: 22 abr. 2020.	os casais parentais que exercem a guarda compartilhada?	compartilhada? Como ficam os períodos de convivência da criança com o genitor que não possui a guarda compartilhada?	A autora coloca que a criança está inserida em uma rede de relações sistêmicas e é necessário analisar todos os elementos no caso concreto. Sugere o uso das tecnologias para permanência do contato e convívio em tempos de pandemia.
DORIA, Isabel I. Z. Guarda compartilhada em tempos de pandemia de COVID-19. IBDFAM . Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/artigos/1397/Guarda+compartilhada+em+tempos+de+pandemia+de+COVID-19 . Acesso em: 19 abr. 2020.	Guarda compartilhada em tempos de pandemia de COVID-19	Diante desse cenário de restrições, cautelas e incertezas, é natural que as pessoas comecem a se questionar sobre a viabilidade da manutenção do compartilhamento da convivência do modo que está previsto no acordo ou na sentença de guarda compartilhada. Poderia a criança continuar transitando livremente entre a casa de seus genitores em tempos de quarentena? Poderia um genitor ser impedido de conviver com seu filho caso esse pai ou essa mãe esteja como os sintomas da doença ou tenha sido	A autora aponta o conflito dentro da temática: conflitam-se o direitos dos pais e dos filhos menores de idade à convivência familiar e a necessidade de os pais, ao lado da sociedade e do Estado, assegurarem o direito à saúde das crianças e adolescentes. A autora menciona que: “A medida de afastamento compulsório é, portanto, possível e até recomendável quando a convivência apresentar real risco à saúde da criança. Todavia, o afastamento deve ser encerrado assim que houver condições para a retomada do convívio”. A autora também aponta a dificuldade das famílias de administrar trabalho doméstico, <i>homeoffice</i> e os cuidados com as crianças. Com esse cenário, a autora menciona que: “Logo, para lidar com essas mudanças de rotina impostas pela pandemia, recomenda-se que os pais definam, consensualmente, um regime de convivência específico para esses tempos de quarentena, sempre pensando no melhor interesse das crianças. Uma sugestão é aplicar, durante esse período, as regras que já foram decididas para o período de férias escolares”. Há, no texto, sugestão de manutenção do convívio de modo

		exposto(a) ao vírus?	<p>virtual.</p> <p>A autora menciona que a suspensão unilateral das visitas podem, ocasionalmente, configurar alienação parental e que, o adequado é que os genitores busquem o Poder Judiciário quando não conseguirem resolver entre si a melhor medida.</p> <p>Citando Ricardo Calderón, “recomenda-se a todos os familiares que ajam com serenidade, equilíbrio e bom senso neste grave período de crise epidemiológica, procurando sempre encontrar uma solução harmoniosa que priorize e respeite o melhor interesse dos seus próprios filhos, sem que seja necessário recorrer à justiça para resolver eventual litígio decorrente dos riscos do Covid-19”.</p>
<p>DIETER, Cristina Ternes. A guarda compartilhada e o Covid-19. Disponível em: https://www.osul.com.br/a-guarda-compartilhada-e-o-covid-19/. Acesso em 23 abr. 2020.</p>	A guarda compartilhada e o Covid-19	Uma das perguntas mais latentes está relacionada em como deve ocorrer, perante a quarentena, a convivência do(a) filho(a) com o genitor(a) que não detém a guarda física.	<p>A autora inicia apontando que o direito de convivência com ambos os genitores ocorre em ambas as modalidades de guarda – a unilateral e a compartilhada.</p> <p>Menciona a autora que: “O isolamento temporário de duas semanas do genitor de seu filho deve ocorrer tão somente em caso de suspeita do covid-19, ou se o genitor(a) esteja retornando de um país com contágio disseminado”.</p> <p>Sugere a autora que o período de isolamento seja encarado como o de férias escolares (metade do período com cada genitor).</p> <p>Ela aponta necessidade de cuidado com os idosos da família e sugere o afastamento temporário, em busca de preservar os avós dos menores de idade.</p> <p>Menciona a autora: “em situações em que não seja possível o contato físico, em razão da distância ou por um dos genitores residir com um idoso, o contato deve ser dar de forma virtual, utilizando-se das tecnologias disponíveis”.</p>

<p>SIMÃO, José Fernando. Direito de família em tempos de pandemia: hora de escolhas trágicas. Uma reflexão de 7 de abril de 2020. IBDFAM. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/artigos/1405/Direito+de+fam%C3%ADlia+em+tempos+de+pandemia%3A+hora+de+escolhas+tr%C3%A1gicas.+Uma+reflex%C3%A3o+de+7+de+abril+de+2020. Acesso em: 13 abr. 2020.</p>	<p>Direito de família em tempos de pandemia: hora de escolhas trágicas. Uma reflexão de 7 de abril de 2020</p>	<p>O autor trata, de modo mais amplo, dos reflexos da pandemia no direito de família.</p>	<p>O autor trata da convivência familiar ressaltando que, na prática, na maior parte das vezes, o que se tem são mães cuidando e pais esporadicamente visitando aos seus filhos. Citando literalmente o autor: “deve-se suspender provisoriamente o sistema de deslocamento das crianças em tempos de pandemia mantendo-as apenas com a mãe, pois com ela já residem. A resposta é positiva. Isso, evidentemente, gera prejuízos para o pai e para os filhos por força de uma redução temporária de convívio. Sim, é verdade, mas são tempos de escolhas trágicas. O jogo na realidade B é de perde-perde. Isso pode ser compensado de futuro. O pai alijado, provisória e momentaneamente, do convívio físico com os filhos, pode, nas férias, ficar mais tempo com eles como forma de “matar as saudades” e recuperar parte do tempo perdido”.</p> <p>Outra solução possível, é a diminuição, ao máximo, do trânsito das crianças e adolescentes entre os lares: “Permitir às crianças que residam 15 dias com o pai e 15 dias com a mãe, já que boa parte das pessoas se encontra em home office. Isso tem duas vantagens: a criança convive com pai e mãe e não fica afastada de nenhum deles por período longo, o deslocamento se dará duas vezes por mês apenas (o que o confinamento permite), e ajuda pai e mãe a produzirem em home office, pois terão 15 dias do mês sem a preocupação com os cuidados que os filhos exigem”.</p> <p>O autor também enfrenta a questão de pais que estão em grupo de risco por estarem expostos ao vírus. Nesse sentido: “e pai e mãe forem profissionais da saúde, que por sua profissão estiverem em contato com pessoas infectadas ou com alta probabilidade de contrair a COVID-19, a decisão de</p>
---	--	---	--

			<p>transferir a guarda a terceiros é medida de necessária[7]. Os terceiros devem ser escolhidos de acordo com o melhor interesse da criança, prova de que o terceiro tem com ela relação afetiva, proximidade, possibilidade de cuidar e alimentar o menor. Podem ser padrinhos e madrinhas, tios, amigos dos pais ou mesmos os avós (sobre os avós e sua convivência com os netos eu cuidarei a seguir)”.</p> <p>Em relação aos avós, o ideal é que não haja contato quando forem estes idosos. E se eles forem guardiões, o ideal é o repasse de guarda a um terceiro e, nesse caso, a escolha deve se pautar pelo melhor interesse da criança e adolescente.</p> <p>Também sugere o autor o uso de tecnologias para manutenção do convívio, podendo o juiz estipular o momento (dia e hora) que se dará o contato virtual e, quando a criança não consegue se concentrar e interagir com os meios virtuais, deve o guardião gravar vídeos, enviar fotografias.</p> <p>E se a família não tiver acesso aos meios virtuais, a sugestão do autor é a interrupção do convívio.</p>
<p>GORISCH, Patrícia. Nos tempos de álcool gel, amores líquidos: Questões atuais de Direito das Famílias na pandemia da COVID-19. IBDFAM. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/artigos/1422/Nos+tempos+de+%C3%A1lcool+gel%2C+amores+l%C3%ADquidos</p>	<p>Nos tempos de álcool gel, amores líquidos: Questões atuais de Direito das Famílias na pandemia da COVID-19</p>	<p>Os problemas e as questões familiares que envolvem o Direito das Famílias se afluíram em tempos do COVID-19. O stress que os pais e mães estão passando com seus filhos em quarentena, no ensino à distância, é uma das muitas questões complexas nas relações</p>	<p>A autora é bem direta ao sugerir uma solução para a questão da convivência familiar: “A convivência ou visita dos pais aos seus filhos, deverá ser feita remotamente, através de telefone, aplicativos ou plataformas de reuniões, cumprindo com o que determina a Constituição Federal, no art. 227, caput, pelo princípio do melhor interesse das crianças e dos adolescentes, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art.1º., quando trata da proteção integral. Da mesma forma, os arts.1.584 §2º. e 1.586 caput do Código Civil, tem a mesma aplicação, pois houve efetiva mudança fática e ocorrência de motivos graves que ocasionam tal</p>

<p>idos%3A+Quest%C3%B5es+atuais+de+Direito+das+Fam%C3%ADlias+na+pandemia+da+COVID-19. Acesso em: 20 abr. 2020.</p>		<p>familiares, como o pagamento de alimentos, visita ou convivência de filhos de pais separados, prisão por falta de pagamento de alimentos, utilização do plano de saúde nos casos da COVID-19, comunicação dos filhos, aumento da violência familiar e pedido de divórcio, dentre muitas outras demandas.</p>	<p>suspensão da convivência ou das visitas”.</p>
<p>MARZAGÃO, Silvia Felipe. Direito de Família e Pandemia: tempo de reflexão e transformação. IBDFAM. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/artigos/1413/Direito+de+Fam%C3%ADlia+e+Pandemia%3A+tempo+de+reflex%C3%A3o+e+transforma%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 15 abr. 2020.</p>	<p>Direito de Família e Pandemia: tempo de reflexão e transformação</p>	<p>Dúvidas ficam no ar, especialmente sobre convivência/cuidado parental e alimentos: como garantir que a criança em quarentena esteja segura e, ao mesmo tempo, possa avistar-se com os genitores em convivência compartilhada? Como dividir responsabilidades parentais em tempos pandêmicos? E os pagamentos de pensões devidas aos infantes (e a observância de suas necessidades, portanto)</p>	<p>O mais importante, na visão da autora, é a garantia da incolumidade física da criança que, uma vez mantida, também deve-se manter intacto o convívio e o equilíbrio nas funções parentais. A autora cita o direito comparado: “Aliás, vale pontuar que países europeus têm adotado essa postura. Na França, seguem autorizados os trajetos entre as duas residências para efetivação de guarda alternada ou compartilhada dos filhos. Na Itália[1], do mesmo modo, não há limitação para pais divorciados que precisam sair para buscar ou ver os filhos”. Quando houver risco à criança, o convívio pode ser suspenso em prol do melhor interesse desta.</p>

		frente às adequações à nova realidade econômica?	
--	--	---	--